

Alerta Legislação, nº 17, de 23 a 28 abr. 2012

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
(11) 2193-8107 e 8144 • ccivil@sp.gov.br

	LEGISLAÇÃO FEDERAL
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
30/04/2012	<p><u>LEI Nº 12.614, DE 27.4.2012</u> Dispõe sobre a inscrição do nome do Padre Roberto Landell de Moura no Livro dos Heróis da Pátria.</p>
25/04/2012	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 18, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 561, de 8 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2012, em Edição Extra, que "Altera as Leis nº 12.409, de 25 de maio de 2011, nº 11.578, de 26 de novembro de 2007, nº 11.977, de 7 de julho de 2009, e nº 10.188, de 12 de fevereiro de 2001", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 24 de abril de 2012. Deputada ROSE DE FREITAS Primeira Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 17, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 560, de 7 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2012, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Defesa, no valor de R\$ 40.000.000,00, para o fim que especifica", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 24 de abril de 2012. Deputada ROSE DE FREITAS Primeira Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 16, DE 2012</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 559, de 2 de março de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 5 de março de 2012, em Edição Extra, que "Autoriza a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRAS a adquirir participação na Celg Distribuição S.A. - CELG D e dá outras providências", terá sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 24 de abril de 2012.</p>

	<p>Deputada ROSE DE FREITAS Primeira Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, no exercício da Presidência</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 566, DE 24.4.2012</u> Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 706.400.000,00, para os fins que especifica.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 565, DE 24.4.2012</u> Altera a Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001, para autorizar o Poder Executivo a instituir linhas de crédito especiais com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste para atender aos setores produtivos rural, industrial, comercial e de serviços dos Municípios com situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecidos pelo Poder Executivo federal, e a Lei nº 10.954, de 29 de setembro de 2004, para permitir a ampliação do valor do Auxílio Emergencial Financeiro.</p>
<p>24/04/2012</p>	<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 564, DE 03.04.2012 - DOU DE 04.04.2012 - RET. DOU DE 23.04.2012</u> Altera a Lei nº 11.529, de 22 de outubro de 2007, para incluir no Programa Revitaliza do BNDES os setores que especifica, dispõe sobre financiamento às exportações indiretas, autoriza o Poder Executivo a criar a Agência Brasileira Gestora de Fundos e Garantias S.A. - ABGF, autoriza a União a participar de fundos dedicados a garantir operações de comércio exterior ou projetos de infraestrutura de grande vulto, altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e dá outras providências.</p> <p><u>MEDIDA PROVISÓRIA Nº 563, DE 03.04.2012 - DOU DE 04.04.2012 - RET. DOU - ED. EXT. DE 04.04.2012 - RET. DOU DE 23.04.2012</u> Altera a alíquota das contribuições previdenciárias sobre a folha de salários devidas pelas empresas que especifica, institui o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores, o Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga para Implantação de Redes de Telecomunicações, o Regime Especial de Incentivo a Computadores para Uso Educacional, o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica, o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência, restabelece o Programa Um Computador por Aluno, altera o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores, instituído pela Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 7.722, DE 20.04.2012 - DOU DE 23.04.2012</u> Dispõe sobre a execução no Território Nacional das Resoluções nº 1540 (2004), e no 1977 (2011), adotadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 28 de abril de 2004 e em 20 de abril de 2011, as quais dispõem sobre o combate à proliferação de armas de destruição em massa e sobre a vigência do Comitê 1540.</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO <u>PORTARIA MF Nº 131, DE 20.04.2012 - DOU DE 23.04.2012</u> Altera a Portaria MF nº 348, de 16 de junho de 2010, que institui procedimento especial de ressarcimento de créditos de Contribuição para o PIS/PASEP, de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nas situações que especifica.</p>

	<p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) PORTARIA RFB Nº 947, DE 20.04.2012 - DOU DE 27.04.2012 Regulamenta a experiência-piloto de Teletrabalho no âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil</p>
Ministério da Saúde (MS)	<p>GABINETE DO MINISTRO PORTARIA MS Nº 793, DE 24.04.2012 - DOU DE 25.04.2012 Institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde.</p>
Publicação DOE-SP	SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO
PUBLICAÇÃO DOE	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
28/04/2012	<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.174, DE 27 DE ABRIL DE 2012 Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e dá providências correlatas</p> <p>LEI Nº 14.750, DE 27 DE ABRIL DE 2012 Altera a Lei nº 11.600, de 19 de dezembro de 2003, que dispõe sobre a regularização de posse em terras devolutas da 10ª Região Administrativa do Estado</p>
27/04/2012	<p>DECRETO Nº 58.010, DE 26 DE ABRIL DE 2012 Altera o Decreto 56.102, de 18 de agosto de 2010, que regulamenta a hipótese de rompimento de parcelamento celebrado no âmbito do Programa de Parcelamento Incentivado - PPI do ICM/ICMS por inadimplemento do imposto devido relativamente a fato gerador ocorrido após a data da celebração do parcelamento</p>
26/04/2012	<p>DECRETO Nº 58.008, DE 25 DE ABRIL DE 2012 Altera dispositivos do Decreto nº 7.714, de 22 de março de 1976, que regulamenta o Fundo de Desenvolvimento da Educação em São Paulo - FUNDESP</p> <p>DECRETO Nº 58.007, DE 25 DE ABRIL DE 2012 Institui, sob a coordenação da Curadoria do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo, da Casa Civil, o Programa Patrimônio em Rede, e altera dispositivos do Decreto nº 54.876, de 6 de outubro de 2009, que transfere para o Curador do Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo a responsabilidade pelos trabalhos de catalogação e divulgação do acervo artístico da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Poder Executivo e dá providências correlatas</p>
25/04/2012	<p>DECRETO Nº 58.004, DE 24 DE ABRIL DE 2012 Cria a Faculdade de Tecnologia - FATEC de Pompéia, em Pompéia, como Unidade de Ensino Tecnológico do Centro Estadual de Educação Tecnológica "Paula Souza" - CEETEPS e dá providências correlatas</p> <p>DECRETO Nº 58.002, DE 24 DE ABRIL DE 2012 Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p> <p>DECRETO Nº 58.000, DE 24 DE ABRIL DE 2012 Altera o Decreto 57.955, de 5-4-2012, que isenta do Imposto sobre</p>

	<p>Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS as operações com obras de arte comercializadas na Feira Internacional de Arte de São Paulo - SP Arte/2012</p> <p><u>DECRETO Nº 57.998, DE 24 DE ABRIL DE 2012</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
24/04/2012	<p><u>DECRETO Nº 57.996, DE 23 DE ABRIL DE 2012</u> Introduz alteração no Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Educação (SE)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SE 46, de 25-4-2012 Dispõe sobre formação em serviço do Professor Educação Básica I, e dá providências correlatas DOE, Seção 1, 27/04/2012, p. 18</p>
Fazenda (SF)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SF-31, de 27-4-2012 Disciplina os critérios de apuração e a periodicidade de divulgação da taxa de juros de mora incidente no pagamento de débitos fiscais DOE, Seção 1, 28/04/2012, p. 22</p> <p>COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA Portaria CAF-G 00017, de 26-04-2012 Altera dispositivo da Portaria Conjunta CAF-CEDC-CO-CPA-001, de 11-01-2012. DOE, Seção 1, 28/04/2012, p. 22</p> <p>SUPLEMENTO <u>NOTIFICAÇÃO - IPVA</u> Os contribuintes ou responsáveis a seguir identificados ficam notificados do lançamento de ofício do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, pela falta de pagamento do imposto devido referente(s) ao(s) veículo(s) e exercício(s) discriminado(s), nos termos do artigo 13-A da Lei 6.606/89 ou do artigo 18 da Lei 13.296/08 [...]</p> <p>Portaria CAT- 51, de 24-04-2012 Altera a Portaria CAT-37/07, de 13-4-2007, que disciplina a isenção do ICMS na saída de veículo automotor novo especialmente adaptado para ser dirigido por motorista portador de deficiência física e na operação interna com acessórios e adaptações especiais para serem instalados em veículo automotor a ser dirigido por pessoa portadora de deficiência física DOE, Seção 1, 25/04/2012, p. 23</p> <p>Portaria CAT- 50, de 24-04-2012 Altera a Portaria CAT-10/10, de 29-1-2010, que disciplina o credenciamento de contribuinte para fins de fruição do tratamento tributário previsto no Programa de Incentivo à Expansão e Modernização do Transporte Ferroviário no Estado de São Paulo DOE, Seção 1, 25/04/2012, p. 23</p>

<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE Resolução nº 09–CONDECA-SP, de 24-4-2012 Dispõe sobre a convocação e normatização da V Conferência Estadual Lúdica dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente e a IX Conferência Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente DOE, Seção 1, 28/04/2012, p. 12</p> <p>GABINETE DA SECRETÁRIA Resolução SJDC nº 020, de 25-4-2012 Altera a Resolução SJDC nº 004, de 06 de fevereiro de 2012, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial e cria a Comissão Processante Especial, nos termos da Lei Estadual nº 14.187/2010 DOE, Seção 1, 27/04/2012, p. 3</p>
<p>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</p>	<p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO Portaria Detran Nº 537, de 23-4-2012 Relaciona e indica condutores notificados no mês de abril de 2012, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006 DOE, Seção 1, 26/04/2012, p. 3</p> <p>Portaria Detran 507, de 16-4-2012 Relaciona e indica condutores notificados no mês de abril de 2012, consoante exigência prevista na Portaria DETRAN n. 767, de 2006 DOE, Seção 1, 24/04/2012, p. 4</p> <p>GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SPDR nº 5, de 23-4-2012 Dispõe sobre a celebração de convênios com Municípios paulista, objetivando a instalação de Circunscrições Regionais de Trânsito – CIRETRANS, a adequação física de imóveis destinados a abrigar Seções de Trânsito, além de manutenção e funcionamento dos referidos órgãos e dá providências correlatas DOE, Seção 1, 25/04/2012, p. 4</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO Resolução SS - 48, de 27-4-2012 Altera a Resolução SS - 08, de 24 de janeiro de 2012, que institui o Comitê Estadual de Referência em Saúde Bucal, visando ao aprimoramento das ações em saúde bucal, com foco na integralidade da atenção e dá outras providências. DOE, Seção 1, 28/04/2012, p. 39</p>
<p>Publicação DOE - Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>28/04/2012</p>	<p>RESOLUÇÕES RESOLUÇÃO Nº 885, DE 27 DE ABRIL DE 2012 Cria os cargos que especifica para auxiliarem nos trabalhos da Comissão Estadual da Verdade Rubens Paiva, instituída pela Resolução nº 879, de 10 de fevereiro de 2012. DO Legislativo, 28/04/2012, p. 10</p> <p>RESOLUÇÃO Nº 884, DE 27 DE ABRIL DE 2012 Altera o artigo 1º da Resolução nº 858, de 16 de dezembro de 2008. (Projeto de Resolução nº 7, de 2012) O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso da atribuição que lhe confere a alínea “h” do inciso II do artigo 18 da XIV Consolidação do Regimento Interno e nos termos do resolvido pelo Plenário, promulga a seguinte resolução: Artigo 1º – O artigo 1º da Resolução nº 858, de 16 de dezembro de</p>

2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Artigo 1º – Fica autorizada a instituição de Programa de Assistência à Saúde Suplementar da Assembleia Legislativa, por sua Mesa, destinado aos servidores ativos e inativos e aos parlamentares.

Parágrafo único – O programa, unificado ou não, poderá ser implantado por meio de autogestão, cogestão, de contratação de planos e seguros privados ou, ainda, por meio de reembolso, em caráter indenizatório, de valor diretamente despendido com a saúde pelo beneficiário, tudo na forma a ser estabelecida em regulamento, inclusive quanto à fixação do valor ou proporção a ser suportado pela Assembleia Legislativa.” (NR)

Artigo 2º – As despesas decorrentes da execução desta resolução correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Artigo 3º – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, aos 27 de abril de 2012.

a) BARROS MUNHOZ - Presidente

DO Legislativo, 28/04/2012, p. 10

OFÍCIOS

OFÍCIO Nº 231/2012

São Paulo, 27 de abril de 2012

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, tendo em vista o disposto no artigo 47, inciso IX, da Constituição Estadual, o Balanço Geral do Estado, elaborado em consonância com as normas da Lei federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, acompanhado do Relatório sobre as Contas do Exercício Financeiro de 2011.

Outrossim, comunico a Vossa Excelência que estão sendo transmitidos ao Egrégio Tribunal de Contas do Estado idênticos documentos.

Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha consideração.

Geraldo Alckmin

GOVERNADOR DO ESTADO

A Sua Excelência o Senhor Deputado Barros Munhoz, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado.

(O Balanço Geral do Estado será publicado oportunamente em suplemento)

DO Legislativo, 28/04/2012, p. 19

MENSAGENS DE VETO DO GOVERNADOR

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 894, DE 2011

PROJETO DE LEI Nº 894, DE 2011

Mensagem A-nº 045/2012, do Senhor Governador do Estado

[...] De origem parlamentar, a proposição tem por objetivo conceder, no âmbito do Estado de São Paulo, isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, a qualquer título, nas aquisições de veículos automotores, do tipo popular, efetuadas por aposentados e pensionistas que percebam de 1 a 5 salários mínimos, na forma que especifica.

DO Legislativo, 28/04/2012, p. 19

PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

PROPOSTA DE EMENDA Nº 2, DE 2012, À CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Dá nova redação ao caput do artigo 10 da Constituição do Estado de São Paulo.

A Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, nos termos do § 3º do artigo 22 da Constituição do Estado, promulga a seguinte emenda ao texto constitucional:

Artigo 1º - Passa a vigorar com a seguinte redação o caput do artigo 10 da Constituição do Estado de São Paulo:

Artigo 10 – A Assembleia Legislativa funcionará em sessões públicas, presente, nas sessões deliberativas, pelo menos, um quarto de seus

	<p>membros e nas sessões exclusivamente de debates, pelo menos, um oitavo de seus membros. (NR) Artigo 2º - Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação. DO Legislativo, 28/04/2012, p. 19</p> <p>PROJETOS DE LEI Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias - 2013 DO Legislativo, 28/04/2012, p. 19</p> <p>SUPLEMENTO <u>RELAÇÃO DE CARGOS, EMPREGOS E FUNÇÕES-ATIVIDADES, PROVIDOS/PREENCHIDOS E VAGOS, DOS QUADROS DAS SECRETARIAS DE ESTADO, PROCURADORIA GERAL DO ESTADO E AUTARQUIAS, COM FUNDAMENTO NO § 5º DO ARTIGO 115 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, DE 05 DE OUTUBRO DE 1989.</u> SITUAÇÃO EM 31/12/2011: [...]</p>
<p>27/04/2012</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 14, DE 2012 Proíbe a conversão em pecúnia dos períodos de licença-prêmio e de férias, no âmbito da Administração Pública Direta, das Autarquias e Fundações Estaduais e de outros Poderes do Estado, e dá providências correlatas. DO Legislativo, 27/04/2012, p. 9</p>
<p>26/04/2012</p>	<p>PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 284, DE 2012 Obriga as empresas que comercializam Produtos de Limpeza de uso Doméstico a inserir nas embalagens foto ilustrativa de pessoas lesionadas pelo mau uso do produto e dá outras providências. DO Legislativo, 26/04/2012, p. 23</p> <p>PROJETO DE LEI Nº 283, DE 2012 Institui a semana de conscientização, prevenção e combate a verminose no estado de São Paulo e dá outras providências. DO Legislativo, 26/04/2012, p. 23</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADO SDG Nº 018/2012 PROCESSO ELETRÔNICO – e-TCESP / EXAME PRÉVIO DE EDITAL O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, nos termos do § 2º do art. 220 do Regimento Interno combinado com os artigos 10 e 13 da Resolução nº 01/2011, comunica a todos os interessados (pessoas físicas ou jurídicas) e jurisdicionados que a documentação e informações encaminhadas, para fins de recepção e de cadastramento do processo eletrônico, serão aceitas desde que observadas as seguintes regras: Para a petição efetuada junto às Unidades Protocoladoras: a) o interessado entregará a documentação em papel impresso nas Unidades Protocoladoras devendo aguardar, obrigatoriamente, a finalização do procedimento de cadastramento do processo eletrônico para que receba o protocolo gerado pelo e-TCESP; [...] DO Legislativo, 26/04/2012, p. 41</p>
<p>25/04/2012</p>	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 13, DE 2012 Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e dá providências correlatas. DO Legislativo, 25/04/2012, p. 21</p>

	<p>PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 281, DE 2012 Regula no âmbito da Administração Pública Estadual a atividade dos despachantes prestadores de serviços públicos e dá outras providências. DO Legislativo, 25/04/2012, p. 24</p> <p>TRIBUNAL DE CONTAS COMUNICADO SDG Nº 017/2012 A Secretaria-Diretoria Geral torna público o volume de processos julgados no 1º trimestre do corrente exercício, pelo Tribunal Pleno, pelas Câmaras, bem como por Julgador Singular. SDG, em 24 de abril de 2012. Sérgio Ciquera Rossi SECRETÁRIO-DIRETOR GERAL DO Legislativo, 25/04/2012, p. 41</p>
24/04/2012	<p>PROJETOS DE LEI PROJETO DE LEI Nº 277, DE 2012 Assegura aos usuários do sistema de transporte público do Estado de São Paulo a oferta de acesso gratuito à internet sem fio. DO Legislativo, 24/04/2012, p. 21</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
25/04/2012	<p><u>DECRETO Nº 53.110, DE 24 DE ABRIL DE 2012</u> Convoca os servidores públicos municipais que especifica para trabalhar na II Conferência Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, a ser realizada no dia 28 de abril de 2012, conforme previsto no Decreto nº 52.994, de 27 de fevereiro de 2012.</p> <p><u>DECRETO Nº 53.109, DE 24 DE ABRIL DE 2012</u> Coloca à disposição da Justiça Eleitoral servidores e dependências dos estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino, com vistas ao pleito de 7 de outubro de 2012, em primeiro turno, e 28 de outubro de 2012, em segundo turno, se houver.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa
mariaisa@sp.gov.br
Casa Civil do Estado de São Paulo
Centro de Documentação e Arquivo - CDA
(11) 2193-8107 e 8144
ccivil@sp.gov.br
Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br
Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107.